

PROCESSO Nº 02001.102967/2017-05

INTERESSADO: CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E
PRODUÇÃO DE ÁGUAS - CT-FLOR

ASSUNTO

“Definição de Critérios de Priorização de Áreas para Recuperação Ambiental na Bacia do Rio Doce - Proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas”

REFERÊNCIAS

Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

Deliberações CIF nº 27, 65, 143 e 196

Termo de referência - Definição de critérios de priorização de áreas para recuperação ambiental na bacia do rio Doce.

ANÁLISE

De modo a identificar as áreas passíveis de restauração florestal no âmbito do Programa de Recuperação de 40.000 ha de Áreas de Preservação Permanente a CT-FLOR encaminhou ao CIF, um termo de referência para o estudo de mapeamento de áreas prioritárias. O termo de referência foi aprovado por meio da Deliberação nº 27, de 20 de setembro de 2018.

O termo de referência previa a elaboração dos seguintes produtos:

P0 - Plano de Trabalho

P1 - Mapeamento de Mananciais alternativos nos municípios ou distritos que integram a Bacia do Rio Doce

P2 - Cadastro das Instituições, governamentais e não-governamentais, promotoras de ações e projetos de restauração florestal na Bacia do Rio Doce

P3 -Mapeamento com a representação de áreas prioritárias para recuperação, conforme parâmetros específicos para a Bacia do Rio Doce

P4 -Proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas, diferenciando as áreas de reflorestamento e de regeneração natural, com cronograma anual

Os produtos P0 a P2 foram aprovados pela Deliberação nº 196, que também aprovou, com ressalvas, a metodologia do Produto P3. A Fundação Renova apresentou um documento com as complementações e justificativas ressalvadas, tendo sido considerada atendida pela Câmara Técnica, por ocasião da 25ª reunião ordinária.

A Fundação Renova encaminhou, por meio do Ofício OFI.NII.012019.4973, em 15/01/2009, o produto P4.

A versão apresentada trata da proposta de escalonamento do programa onde prevê-se para os dois primeiros anos (2019/2020) ações de recuperação em “Assentamentos rurais e terras indígenas de alta prioridade”, bem como das áreas contempladas no

primeiro edital de pagamento por serviços ambientais - PSA, totalizando 3.000 ha e, para os anos 2020 a 2029, ações de recuperação em “Sub-bacias de alta prioridade dentro dos mananciais alternativos para a captação de água” num quantitativo de 37.000 ha. O Edital do PSA contemplou cerca de 800 há.

O documento apresenta um panorama de justificativas para a realização das ações de recuperação dos dois primeiros anos em projetos de assentamento rural e terra indígena destacando a dificuldade de atuação nas propriedades rurais, a expectativa de que, com o tempo, haja envolvimento e adesão destes atores no programa por meio da institucionalização da Fundação Renova na bacia e o ganho de escala e a busca de impacto. Nesse sentido, o documento propõe que, nos anos de 2019 e 2020, sejam restaurados 3.000 ha distribuídos em 22 Projetos de Assentamento Rural e na Terra Indígena Krenak e nas áreas do Edital do PSA. Foram identificados 6.602 ha de áreas passíveis de recuperação, sendo 2.071 em APP's e 4.531 em áreas de recarga hídrica.

Apesar do documento ter apresentado detalhamento espacial e quantitativo das áreas propostas com distinção entre APP's e áreas de recarga, as análises foram realizadas exclusivamente a partir do processamento e classificação de imagens de satélite, não constando qualquer referência de tratativas com o INCRA ou a FUNAI ou análises da viabilidade de execução das ações de recuperação junto a estes órgãos.

O documento indicou que o “P4 deverá definir critérios alinhados com a metodologia de priorização estabelecida no P3”, entretanto o documento não detalha o alinhamento dos PA's e a terra indígena propostos com as áreas prioritárias definidas no P3.

As modalidades definidas como aceitas para o pagamento por serviços ambientais, que foram definidas pela Deliberação nº 65, de 09 de maio de 2017, são as seguintes:

- 30.000 ha
 - Regeneração natural com espécies nativas
 - Regeneração natural com plantio de espécies nativas
- 10.000 ha
 - Plantio de espécies nativas das fitofisionomias encontradas na bacia do rio Doce
 - Sistemas agroflorestais, consorciados com espécies nativas da Mata Atlântica

Embora não haja uma deliberação para a definição da porcentagem de áreas que não são de preservação permanente e que poderão ser contempladas pelo programa, a deliberação nº 143, de 29 de janeiro de 2018, que aprovou o Edital de Pagamento por Serviços Ambientais, restringiu para 35% da área total.

A proposta apresentada aponta que 68,63% das áreas degradadas nos PA e na TI Krenak encontram-se em área de recarga, podendo aí estar incluídas as áreas com inclinação

superior a 45% e as de topo de morro que são consideradas APP. As APP ripárias correspondem à 31,37% das áreas a serem recuperadas. Também classifica como favorável à regeneração natural, cerca de 35% do total. Estes números indicam que, caso o programa tenha que se concentrar em APP ripárias, a porcentagem apresentada será diferente daquela definida pela Deliberação nº 143.

Há que se ressaltar que, pelos mapas de uso e ocupação do solo apresentados, 65,34 % da área total está ocupada por agropecuária, 25,02% por aroeira e somente 5,76 por formações florestais. Estes dados geram dúvidas quanto à classificação, como favorável à regeneração natural de 35% da área. Recomenda-se que seja apresentada a geoespacialização das áreas listadas na tabela 16, bem como das outras modalidades de restauração.

Também se questiona sobre a regeneração natural em área de aroeira como técnica a ser proposta. Mesmo que seja com o enriquecimento com outras espécies, é provável que esta modalidade deva ser mais onerosa que a de plantio total em outras áreas degradadas, tendo em vista que deverão ser empregados tratamentos culturais de poda e manutenção, além de outras.

A justificativa apresentada pela Fundação Renova é que o escalonamento proposto daria ganho de escala ao Programa. Porém, os 22 Assentamentos rurais estão distribuídos em 15 municípios, sendo 5 no município de Jampruca. Não há indicação de conectividade entre os fragmentos florestais. O ideal seria buscar as áreas identificadas como de alta prioridade no produto P3 e construir um mosaico levando em consideração a conectividade dos fragmentos, priorizando-se recuperação de áreas contíguas que tenham o potencial de maior produção de água.

Na abordagem metodológica do documento, considera-se um valor mínimo de 100 hectares para agregação da alocação da restauração considerando como unidade de análise a sub-bacia hidrográfica. No recorte apresentado, priorizando os projetos de assentamento, verifica-se que diverge desta abordagem, tendo em vista que os projetos encontram-se em diferentes bacias hidrográficas e alguns deles possuem áreas muito pequenas, a exemplo do Projeto de Assentamento Beija Flor.

Optou-se por priorizar os mananciais superficiais de abastecimento alternativo, excluindo aqueles com captação subterrânea. Resta a questão se não há a necessidade de alguma intervenção de restauração florestal, visando melhorar a produção de água dos lençóis freáticos, objeto de exploração. Deste modo sugere-se para a próxima etapa de escalonamento, proceder esta análise e se necessário alterar o peso da Tabela 3.

Há no documento, algumas correções a serem feitas: o link <http://www.CSR.UFMG.br/dinamica/DokuWiki/doku.php>, não funciona; a tabela 8 contém dados de Plantio com fins econômicos e o seu título está indicando que seja com fins econômicos;

Quanto aos anexos, faz-se necessário o melhor detalhamento do Anexo I, no que se refere a como ser darão os lançamentos dos editais, quais a periodicidade, quais regiões, dentre outras. Há que se verificar ou melhor esclarecer a informação que foram alocadas menos de 900 hectares de recuperação nas diferentes modalidades de recuperação ambiental. O Anexo III possui tabelas com dados que não condizem com o texto do documento principal.

Além disto, o documento carece de um plano de trabalho detalhado, com o cronograma das atividades a serem desenvolvidas em 2019/20, incluindo as tratativas institucionais e de mobilização social com as comunidades envolvidas, a fonte de sementes/mudas, equipes envolvidas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se não haver óbices à realização das ações de recuperação nos anos de 2019 e 2020 em Projetos de Assentamento Rural e na Terra Indígena Krenak, entretanto entende-se necessário o alinhamento das áreas propostas no documento analisado com as áreas prioritárias definidas no P3 e o detalhamento de tratativas com o INCRA e com a FUNAI no sentido de avaliar a viabilidade das ações propostas.

Entende-se ainda que as ações de recuperação nos anos de 2019 e 2020 podem restringir-se apenas ao Edital do PSA e aos PA's e a TI propostos, com alguns ajustes, conforme análise acima. O documento destacou a dificuldade de atuação nas propriedades rurais e, na opinião desta equipe, quanto antes as ações forem iniciadas nessas áreas, maior a chance de sucesso das ações ao longo do tempo.